

CRESCIMENTO PRÓ-POBRE?

UMA ANÁLISE PARA OS MEIOS URBANO E RURAL NO BRASIL

RESUMO

O presente artigo busca analisar se o crescimento econômico no Brasil tem sido pró-pobre em suas áreas urbanas e rurais. Nesse sentido, com base nos dados do Censo dos anos de 2000 e 2010, foram construídas as Curvas de Crescimento-Pobreza, proposta por Son (2004). Um dos resultados da pesquisa apontou que apenas o Centro-Sul do país tem tido um padrão de crescimento que beneficia os mais pobres. Em nível estadual, percebeu-se que somente dez unidades federativas apresentaram crescimento em favor dos menos favorecidos, sendo que, para quatro delas, o crescimento é do tipo *trickle-down*, ou seja, apesar de contribuir para reduzir a pobreza, a renda dos ricos cresceu em uma proporção maior que a renda dos pobres. A desagregação da amostra permitiu observar, também, o quão baixo é o desempenho do crescimento econômico em reduzir a pobreza, com diminuição da desigualdade nas áreas rurais do país.

Palavras chave: Crescimento Pró-Pobre. Pobreza. Desigualdade.

ABSTRACT

This paper seeks to analyze if the economic growth in Brazil has been pro-poor in its urban and rural areas. In this sense, based on Census data of 2000 and 2010 were built the Growth-Poverty curves, proposed by Son (2004). One result of the research showed that only the center-south of the country has had a standard of growth that benefits the poor. At the state level, it was found that only ten federal units grew in favor of the less fortunate, and in for four of them, growth is a kind of *trickle-down*, that means that despite contributing to reduce poverty, income of rich people grew up in a larger proportion than the income of the poor. The breakdown of the sample allowed to observe also, how low is the performance of economic growth in reducing poverty, and decreasing inequality in rural areas of the country.

Keywords: pro-poor growth. Poverty. inequality.

Classificação JEL: I32.

Área ANPEC: 6 - Crescimento, Desenvolvimento Econômico e Instituições

Lilian Lopes Ribeiro

Pesquisadora da FUNCAP/CNPq do Laboratório de Estudos Regionais da UFC

liadiniz-21@hotmail.com

Jair Andrade Araújo

Professor do Curso de Mestrado em Economia Rural (MAER) da UFC

Débora Gaspar Feitosa

Professora de Economia e Finanças da UFC

INTRODUÇÃO

O crescimento econômico ao proporcionar melhorias da qualidade de vida da população por meio da ampliação de recursos numa determinada sociedade é entendido como desenvolvimento humano. Dessa forma, é importante não somente analisar o quanto a economia cresceu, mas como foi esse crescimento e qual seus efeitos sobre a pobreza.

A pobreza é um tema que tem ganhado espaço nas ciências sociais. Associada com a questão do desenvolvimento, o seu estudo avançou em direção a uma visão multidimensional que considera vários indicadores, tais como tempo, saúde e educação, dentre outras dimensões ao definir esse problema da sociedade. Por exemplos, em Ribeiro e Marinho (2012), Diniz e Diniz (2009), Barros et al (2006) e Lopes et al (2003)

O estudo da relação entre crescimento e pobreza surgiu de evidências empíricas de que nem sempre o crescimento resulta numa melhora nos indicadores de pobreza. Ao contrário, estudos mostram que o crescimento de alguns países em desenvolvimento vem acompanhado de uma piora nos níveis de pobreza e bem-estar, trabalhos como demonstram as pesquisas de Santos-Paulino (2012), Harrison (2006), Nissanke e Thorbecke (2006).

Dados do Banco Mundial (2013) mostram o Brasil como a sétima maior economia do mundo - ficando à frente de países europeus como Itália e Espanha. Apesar disso, entre os anos de 2000 e 2010, acumulou um crescimento econômico de apenas 4,5% sendo que, para o mesmo período, houve uma queda na pobreza em 16,6%. Apesar da tendência de queda na pobreza, o Brasil continua entre os países latino-americanos com os piores indicadores de pobreza e de desigualdade de renda, ficando atrás de nações como Peru e Venezuela.

No Brasil, há vários estudos que se propuseram a investigar os efeitos do crescimento econômico sobre a pobreza. São trabalhos que apresentam diferentes níveis de agregação e distintas metodologias. Dentre estes é oportuno citar os mais atuais, tais aqueles realizados por Matias e Salvato (2012), Taques e Rocha (2011), Pinto e De Oliveira (2010), Salvato (2009), Manso et al (2008) e Barreto (2005). Vale ressaltar que algumas dessas pesquisas foram realizadas especificamente em certas regiões do país como os estudos feitos por Gonçalves e Silveira Neto (2010) e Silveira Neto (2005).

No entanto, os estudos que contemplam o crescimento pró-pobre são, sobretudo, de amostras pouco recentes e que não permitem avaliar este crescimento desagregado em áreas rurais e urbanas. Afinal, o desempenho do crescimento econômico na redução da pobreza de cada região ou estado pode apresentar distintos resultados para áreas rurais e urbanas.

Diante dessas assertivas, o objetivo deste artigo é verificar se o crescimento econômico do Brasil nas áreas rurais e urbanas de suas regiões e estados tem sido pró-pobre. Em outras palavras, se a renda dos pobres destas áreas apresenta elevação, se comparada à verificada pela renda dos não pobres, o que permitiria uma redução na desigualdade, conforme expõe Kakwani e Pernia (2000). Busca ainda analisar se aquela modalidade de crescimento, em que a renda dos mais ricos aumenta em uma proporção maior que a dos mais pobres, tem sido empobrecedora.

Para atender a esse propósito serão construídas para os anos de 2000 e 2010 as curvas de crescimento-pobreza, proposta por Son (2004). A escolha desta metodologia justifica-se pelo fato de ela ponderar o crescimento econômico acompanhado por uma redução na desigualdade de renda, uma vez que se baseia na curva de Lorenz. Esse

atributo da metodologia de Son (2004) implica em resultados mais conclusivos sobre a qualidade do crescimento econômico.

Dos resultados obtidos, comprovou-se que apenas as regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste experimentam um padrão de crescimento redutor de pobreza e de desigualdade de renda. Em nível estadual, somente dez unidades federativas apresentam crescimento pró-pobre (Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo). Por outro lado, não foi verificado este tipo de crescimento em quatro estados (Acre, Amapá, Amazônia e Roraima) e inconclusivo para os demais. Ao desagregar a amostra em áreas urbanas e rurais, observou-se que o crescimento é em favor dos pobres para a área urbana de todas as regiões e unidades da federação e não pró-pobre para a área rural do Acre, Amazônia, Distrito Federal e Roraima. Não houve evidência de crescimento empobrecedor para o período.

Este artigo está distribuído em cinco outras seções. A primeira seção corresponde às notas introdutórias. A segunda apresenta uma revisão bibliográfica acerca do crescimento pró-pobre. Na terceira é apresentada a metodologia da curva de crescimento-pobreza. Já a quarta seção mostra os resultados das estimativas para o Brasil, regiões brasileiras e unidades federativas, além da discussão dos resultados obtidos. A última seção é dedicada às principais conclusões da pesquisa.

1 CRESCIMENTO PRÓ-POBRE: METODOLOGIAS E OBSERVAÇÕES EMPÍRICAS

Segundo Kakwani, Khanddere e Son (2004), a discussão embrionária sobre crescimento pró-pobre teve início no “modelo de redistribuição com crescimento” de Ahluwhalia e Chernery (1974), que produziram vastos estudos sobre o tema nos últimos anos. Há várias abordagens que definem e mensuram o crescimento pró-pobre com utilização de vários critérios. Dentre estas definições pode-se citar basicamente aquela utilizada por Kakwani e Pernia (2000) e a definição absoluta de Ravallion e Chen (2003).

Para Kakwani e Pernia (2000), o crescimento só será pró-pobre se a renda dos pobres apresentar elevação superior ao verificado pela renda dos não pobres, o que permitiria uma redução na desigualdade. Em outros termos, o crescimento pró-pobre ocorre quando se observa uma queda na pobreza maior que aquela que se teria se todas as rendas tivessem aumentado de acordo com a mesma taxa.

Na definição absoluta de Ravallion e Chen (2003), o crescimento pró-pobre ocorre quando a renda dos pobres aumenta de acordo com o crescimento da renda. Essa definição sugere que ocorre esse tipo de crescimento se houver uma redução da pobreza, independentemente do que ocorrer na distribuição de renda. Portanto, eventuais mudanças na distribuição de renda não são consideradas.

Kakwani e Pernia (2000) utilizam como metodologia a decomposição proporcional. Neste caso, o índice de crescimento pró-pobre é dado pela razão da elasticidade renda-pobreza e da elasticidade crescimento-desigualdade¹. Deste modo, se o resultado obtido for maior que 1, observa-se um crescimento pró-pobre; caso situe-se

¹ Elasticidade é definida como a variação percentual de uma variável dada à variação percentual de outra variável (VARIAN, 2006). Em Kakwani e Pernia (2000), mensurou-se a variação da pobreza, dada a variação na renda *per capita* da Tailândia e da Coréia.

entre 0 e 1, o crescimento foi não pró-pobre e, se for negativo, o crescimento foi empobrecedor. Vale ressaltar que Son (2004), partindo da definição de Kakwani e Pernia (2000), propôs a “curva de crescimento-pobreza”² que tem como objetivo identificar se o crescimento econômico é ou não pró-pobre.

Em outra direção, Ravallion e Chen (2003) mensuraram o crescimento pró-pobre através da “curva de incidência do crescimento”. Em síntese, o método parte do cálculo das taxas de crescimento das rendas de cada percentil da população em dois distintos instantes de tempo, detectando o crescimento pró-pobre no sentido absoluto (ou seja, a queda na pobreza é condição suficiente para que ocorra crescimento pró-pobre). Trabalhos como o de Kraay (2004) admitem essa direção. Nessa abordagem, os autores satisfazem o axioma da monotonicidade, porém, não atendem ao axioma da transferência³ descrito em Sen (1976).

Neste caso, têm-se claramente distintas concepções e metodologias de crescimento pró-pobre. Contudo, em algumas pesquisas, o uso das diferentes metodologias no Brasil tem convergido para os mesmos resultados.

Salvato (2009), ao utilizar a “curva de incidência do crescimento” para as mesorregiões e microrregiões brasileiras nos anos de 1990, constatou que, de um total de 136 mesorregiões, apenas 10 apresentavam crescimento pró-pobre. Ao utilizar a “curva de crescimento-pobreza” para o mesmo intervalo de tempo, Resende et al (2007) também observou que as capitais brasileiras apresentam preponderantemente resultados de crescimento não pró-pobres ou empobrecedores.

Por outro lado, Tochetto et al. (2004), ao analisar as unidades federativas do Brasil para os anos de 1995 a 2007 através da “curva de crescimento-pobreza”, e Pinto e De Oliveira (2010), por meio da “curva de incidência do crescimento nos anos de 1980 e 1990”, observaram que a maioria das curvas estimadas apresentaram crescimento pró-pobre.

É oportuno citar também o trabalho de Hoffman e Kageyama (2006), pois, com base os dados da Pnad no período de 1992 a 2004, relacionaram a curva de crescimento-pobreza de Son (2004) a aspectos relativos ao bem-estar como forma de analisar a pobreza brasileira em uma perspectiva multidimensional. Os resultados dessa pesquisa mostraram que houve crescimento pró-pobre tanto nas áreas urbanas, quanto nas áreas rurais do Brasil como um todo.

1.1 CRESCIMENTO ECONÔMICO, DESIGUALDADE E POBREZA NOS ESTADOS BRASILEIROS ENTRE 2000 E 2010.

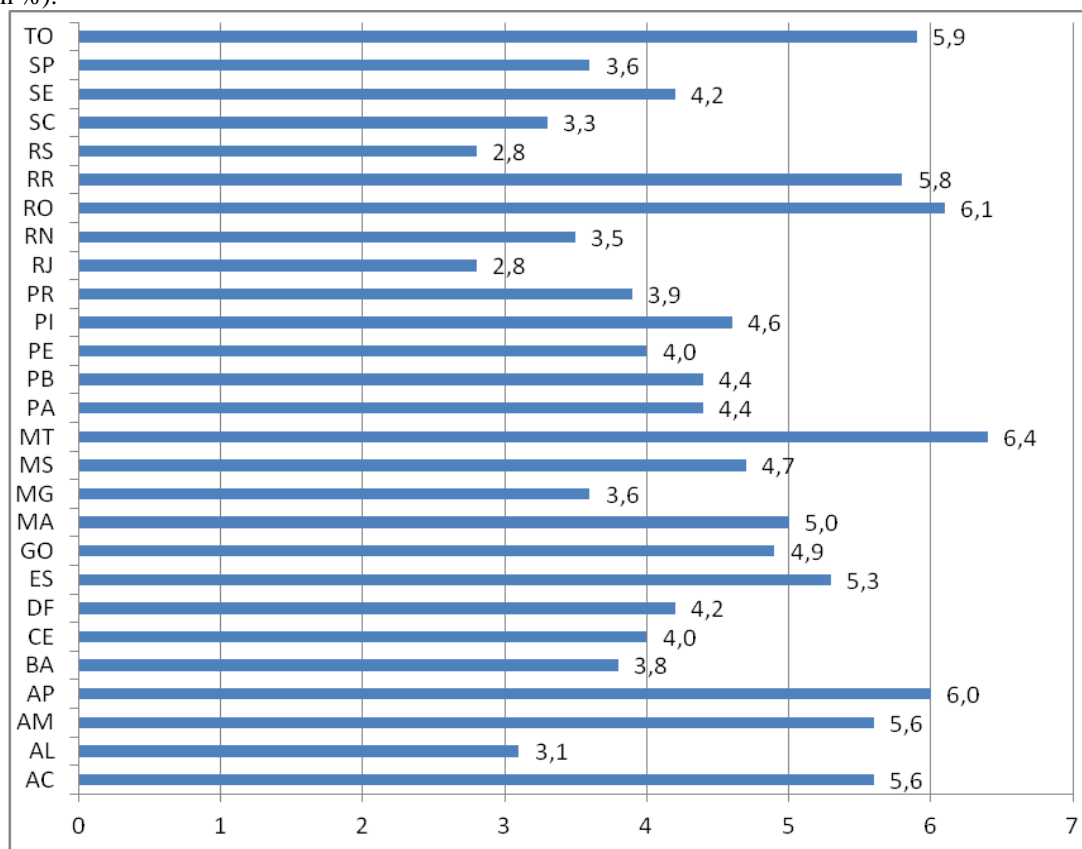
Com o intuito de analisar se o crescimento econômico tem sido pró-pobre nas regiões e estados do Brasil, propósito deste artigo, torna-se pertinente um conhecimento prévio e sucinto acerca da evolução do crescimento econômico, da desigualdade de renda e da pobreza nos estados brasileiros durante o último decênio.

² Na seção 2 é apresentada a metodologia da “Curva de crescimento-pobreza”.

³ O axioma da monotonicidade fraca exige que as medidas de intensidade/severidade aumentem quando a renda de qualquer um dos pobres diminui. Isso significa que a perda da renda gera um impacto negativo, aumentando a pobreza, mesmo que a desigualdade de renda entre os pobres diminua. Já o axioma da transferência exige que a pobreza vivida em um determinado ano não possa ser compensada pela abundância ou opulência de outro ano, sendo a pobreza um evento marcante na vida de uma pessoa OLIVEIRA (2010).

Iniciando-se a análise pela evolução do PIB, a Figura 1 representa o crescimento médio do Produto Interno Bruto dos estados brasileiros. Pode-se verificar que o Estado com maior crescimento médio do PIB entre 2000 e 2010 foi Mato Grosso (6,4%). O crescimento expressivo deste Estado é seguramente explicado pela expansão do agronegócio, sobretudo nos municípios de Sorriso, Lucas do Rio Verde e Sinop (CAMPOS, 2009). Em seguida, vêm os estados de Rondônia, Amapá e Tocantins, com crescimento médio do PIB de 6,1%, 6,0% e 5,9%, respectivamente.

Figura 1. Crescimento Médio do Produto Interno Bruto das Unidades Federativas do Brasil Entre 2000 e 2010 (em %).

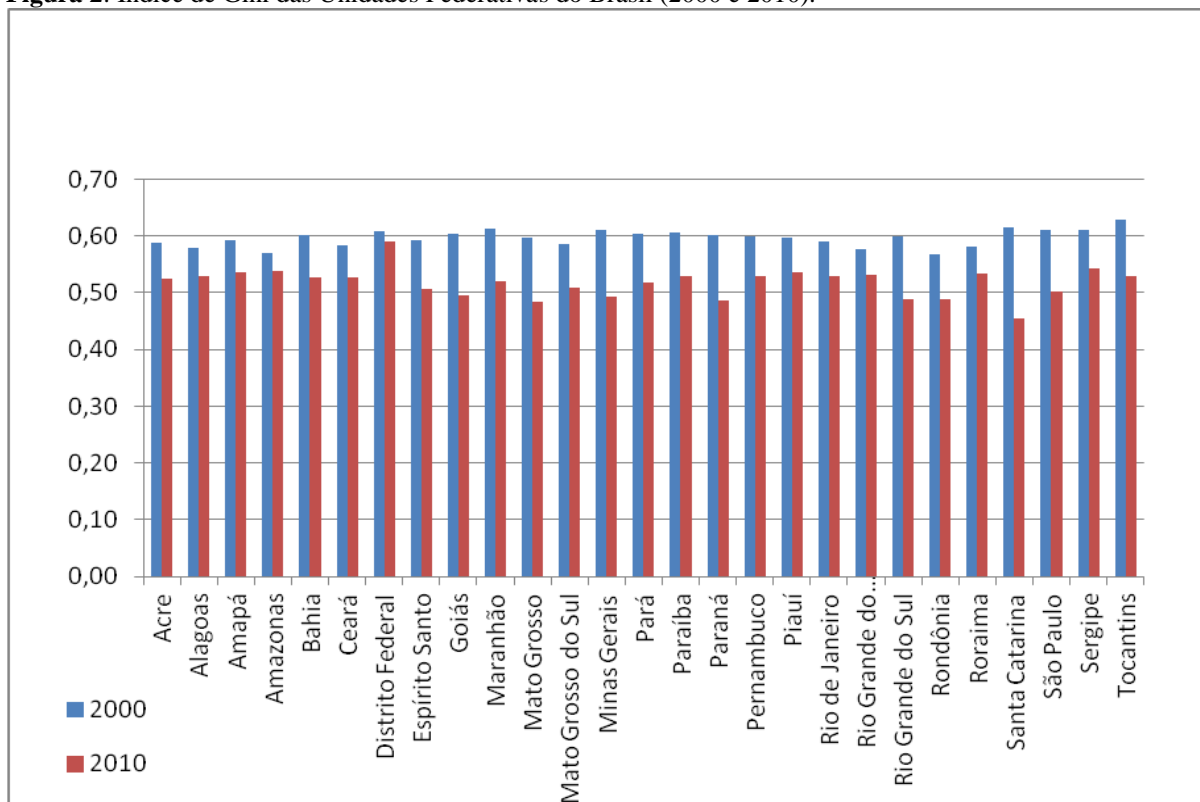


Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do IPEA (2013).

Em outra direção, têm-se os estados com menor crescimento médio do PIB: Rio Grande do Sul (2,8%), Rio de Janeiro (2,8%), Alagoas (3,1) e Santa Catarina (3,3). Estados como São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Paraná tiveram, para o período, um crescimento médio do PIB abaixo do crescimento médio do Brasil, que foi de 4,5%.

Em relação à desigualdade de renda, a Figura 2 apresenta o índice de Gini para os anos de 2000 e 2010. Através de sua análise verifica-se que houve uma queda na desigualdade de renda em todas as unidades da federação, porém, alguns estados como Santa Catarina, Minas Gerais e Paraná apresentaram uma redução da desigualdade em maior intensidade que outros, como o Amazonas e o Distrito Federal.

No ano de 2000, dois estados da região Norte do país apresentavam o melhor e o pior nível de desigualdade de renda. Rondônia foi o Estado com menor desigualdade (0,57), ao passo que Tocantins teve o maior nível desigualdade (0,63) em relação a este aspecto. Já para o ano de 2010, o melhor e o pior nível de desigualdade foram representados por Santa Catarina (0,45) e Distrito Federal (0,59), respectivamente.

Figura 2: Índice de Gini das Unidades Federativas do Brasil (2000 e 2010).

Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do IBGE (2013).

No que tange à pobreza, este quesito também apresentou uma trajetória de queda em todos os estados brasileiros, com exceção do Amapá que, apesar de ser o sétimo estado que mais cresceu no período analisado, apresentou um aumento na taxa de pobreza na ordem de 33%. Por outro lado, Santa Catarina obteve a maior queda na taxa de pobreza, em torno de 59%. Já os estados das regiões Norte e Nordeste, além de apresentarem historicamente as maiores proporções de pobres são também os estados que menos reduziram suas taxas de pobreza, conforme se pode observar no Mapa 1.

Mapa 1: Queda da Taxa de Pobreza dos Estados Brasileiros Entre 2001 e 2010 (em %).



Fonte: Elaboração própria, com base nos dados do IPEA (2013).

Os resultados obtidos nesta seção corroboram a assertiva de Bourguignon (2002), segundo o qual, quanto mais desigual se mostra a região, menos eficaz é o crescimento econômico na redução da pobreza. Como pôde verificar, esse é o caso de Alagoas, por exemplo. Além de estar entre os estados com maior grau de desigualdade de renda, é também aquele com maior proporção de pobres, algo que evidencia baixa eficiência do crescimento econômico na redução da taxa de pobreza.

Assim, os dados revelam que, embora tenha ocorrido uma melhora nos indicadores de desigualdade e pobreza para a maioria dos estados brasileiros, diminuir as históricas desigualdades regionais requer um crescimento econômico mais intenso, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, combinado com políticas públicas capazes de internalizar os efeitos positivos deste crescimento para a sociedade como um todo.

2 METODOLOGIA DA CURVA DE CRESCIMENTO-POBREZA

A curva de crescimento-pobreza (*poverty growth curve* - PGC) de Son (2004) utiliza o conceito relativo de crescimento “pró-pobre” de Kakwani & Pernia (2000) e é baseada na curva de Lorenz de forma generalizada. Tem como origem o teorema de Atkinson (1987)⁴, que associa mudanças na curva de Lorenz generalizada à variação de

⁴ Veja Atkinson, A. B. On the Measurement of Poverty. *Econometrica*, 55(4), p. 49-64, 1987.

um índice de pobreza. Se a curva de Lorenz for representada por uma reta positivamente inclinada, a região em análise apresenta perfeita igualdade de renda. Por outro lado, se a curva se desloca para a esquerda (direita), tem-se redução (aumento) de pobreza e o crescimento é classificado como pró-pobre (não pró-pobre).

A descrição da metodologia de Son (2004) é dada a partir da seguinte equação:

$$L(p) = \frac{1}{\mu} \int_0^x yf(y)dy \quad (1)$$

Em que:

$$p = \int_0^x f(y)dy \quad (2)$$

Assim sendo, $L(p)$ é a curva de Lorenz que descreve a participação na renda da população situada entre os $p\%$. A média da renda da população é dada por μ e a renda pessoal assume o valor y com probabilidade da função densidade $f(y)$. Deste modo, $\mu L(p)$ representa a curva de Lorenz generalizada.

Mudanças na curva de Lorenz indicam que a desigualdade modifica-se com o crescimento econômico. Logo, se a curva de Lorenz aproxima-se da curva de perfeita igualdade, ou seja, se esta curva desloca-se para a esquerda (cima), o crescimento é pró-pobre $\Delta L(p) \geq 0$ para todo p . Isso ocorre quando a nova distribuição é dominante sobre a distribuição anterior tendo, assim, a dominância de segunda ordem ou a chamada curva de segunda ordem dominante.

A equação (3) é extraída da Curva de Lorenz:

$$L(p) = \frac{\mu_p P}{\mu} \quad (3)$$

Que mostra a participação na renda dos $p\%$ mais pobres, quando os indivíduos são ordenados em ordem crescente de renda, em que, μ_p é a renda média de $p = 10, 20, \dots, 100$ da população. Efetuando-se o logaritmo de ambos os lados de (3) obtém-se:

$$\ln(\mu_p) = \ln(\mu L(p)) - \ln(p) \quad (4)$$

Ao aplicar a primeira diferença na equação acima, ter-se-á:

$$g(p) = \Delta \ln(\mu L(p)) \quad (5)$$

e

$$g(p) = \Delta \ln(\mu_p) \quad (5)$$

pode ser reescrita da seguinte forma:

$$g(p) = g + \Delta \ln(L(p)), \text{ sendo } g = \Delta \ln(\mu) \quad (6)$$

em que g representa a taxa de crescimento da renda média da sociedade e $g(p)$, por

sua vez, mede a taxa de crescimento da renda média até o decil p .

A partir dessa metodologia, o crescimento econômico poderá resultar em quatro possíveis cenários para a pobreza:

- i. Pró-pobre $g(p) > g$ para todo $p < 100$: cenário em que há uma redução da pobreza entre os períodos, pois a curva de Lorenz, como um todo, se desloca para a esquerda ($L(p) > 0$ para todo p);
- ii. Não pró-pobre (ou pró-rico) $0 < g(p) < g$ para todo $p < 100$: o crescimento econômico induziu a uma queda na pobreza, porém, com um aumento da concentração de renda ($L(p) < 0$ para todo p). Esse é o caso do crescimento *trickle-down*, ou seja, apesar de contribuir para reduzir a pobreza, a renda dos ricos cresce em uma proporção maior que a renda dos pobres;
- iii. Empobrecedor: Se $g(p) < g$ para todo $p < 100$ e se $g > 0$, (ou $g(p) < 0$ para todo $p < 100$ e $g > 0$), então há um crescimento empobrecedor, pois o crescimento econômico positivo aumenta a pobreza devido à queda na renda do p mais pobres ($g(p) < 0$), apesar do crescimento da renda média ($g > 0$).
- iv. Inconclusivo: Casos omissos.

3 EVIDÊNCIAS PRODUZIDAS

Para calcular as curvas de crescimento-pobreza utilizou-se a variável Renda Domiciliar *Per Capita* (RDPC) dos Censos de 2000 e 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)⁵. Os resultados da pesquisa foram extraídos de um total de 19.136.251 e 23.523.714 observações realizadas nos anos de 2000 e 2010, respectivamente. Com o intuito de colaborar para uma análise comparativa inter e intra-regional, foram estimadas as curvas de crescimento-pobreza para as áreas rurais e urbanas dos vinte e seis estados da federação, além do Distrito Federal, para as cinco regiões brasileiras e para o Brasil, como um todo, totalizando noventa e nove estimativas.

3.1 Evidências para o Brasil

A Tabela 1 apresenta a estimativa da curva de crescimento-pobreza para o Brasil desagregado em área urbana e rural. As quatro primeiras colunas dessa tabela mostram a taxa de crescimento da renda média da população até o percentil p , denominado como $g(p)$. Perceba que na primeira coluna da referida tabela estão os valores estimados da taxa de crescimento da renda média até os vinte por cento mais pobres da população. A segunda coluna apresenta a taxa de crescimento da renda média desses vinte por cento com renda mais baixa, acrescidos dos vinte por cento seguintes e assim por diante. Ressalte-se que a penúltima coluna equivale à taxa de crescimento da renda média da totalidade da população⁶, neste caso, $g(p) = g$.

⁵ Para o ano de 2000, calculou-se a RDPC a partir da variável Rendimento Mensal Domiciliar.

⁶ Esta assertiva é válida para as quatro tabelas seguintes apresentadas nesta sessão.

Conforme relata Son (2004), em sua metodologia, se a taxa de crescimento da renda média para todos os percentis da população for maior que a taxa de crescimento da renda média da totalidade da população, ter-se-á crescimento pró-pobre, pois a Curva de Lorenz com um todo se aproximou da reta de perfeita igualdade, o que significa um crescimento econômico com redução da pobreza concomitante a uma queda na desigualdade.

Como se pode observar pela Tabela 1, a taxa de crescimento da renda média de todos os percentis da população brasileira é maior que a taxa de crescimento da renda média da totalidade da população do país. Em outros termos $g(p) > g$, o que evidencia, portanto, a ocorrência de crescimento pró-pobre para o Brasil como um todo.

Tabela 1: Estimativa da Curva de Crescimento-Pobreza por Área no Brasil 2000-2010.

Área	20%	40%	60%	80%	100%	G	Situação
Geral	4.11	4.18	4.24	4.17	4.08	4.08	Pró-pobre
Urbana	4.27	4.26	4.24	4.16	4.08	4.08	Pró-pobre
Rural	3.50	3.94	4.05	4.20	4.05	4.05	Pró-pobre

Fonte: Construída pelos autores a partir de dados dos Censos de 2000 e 2010.

Assim sendo, ao analisar a qualidade do crescimento econômico do Brasil entre 2000 e 2010, sem fazer uma análise intranacional, ou seja, sem desagregar as milhares de observações coletadas em nível regional e estadual, tem-se para o país um modelo de crescimento econômico capaz de reduzir a pobreza e a concentração de renda. Entretanto, ao estimar a curva de crescimento-pobreza em nível regional e estadual obtêm-se distintos resultados. É o que demonstram as subseções a seguir.

3.2 Evidências para as regiões brasileiras

A Tabela 2 mostra a estimativa da curva de crescimento-pobreza para as cinco regiões do país. Por meio desta tabela, nota-se que o crescimento econômico das regiões do Centro Sul do Brasil reduz a pobreza e diminui a concentração de renda, entretanto, isso não é constatado em relação aos estados das regiões Norte e Nordeste. Para essas duas regiões, embora os resultados se apresentem inconclusivos, percebe-se que os 20% e 40% mais pobres obtêm um crescimento médio da renda inferior ao crescimento médio da renda da totalidade da população, o que sugere um crescimento acompanhado de concentração de renda.

Tabela 2: Estimativa da Curva de Crescimento-Pobreza para as Regiões Brasileiras e por Área 2000-2010.

Geral							
Regiões	20%	40%	60%	80%	100%	G	Situação
Centro Oeste	4.58	4.61	4.58	4.50	4.20	4.20	Pró-Pobre
Nordeste	3.54	4.03	4.13	4.16	4.06	4.06	Inconclusivo
Norte	4.19	4.34	4.45	4.43	4.35	4.35	Inconclusivo
Sudeste	4.08	4.09	4.07	4.01	3.97	3.97	Pró-Pobre
Sul	4.42	4.50	4.47	4.40	4.26	4.26	Pró-Pobre
Área Urbana							Situação
Centro Oeste	4.69	4.69	4.62	4.52	4.22	4.22	Pró-Pobre

Nordeste	3.95	4.21	4.23	4.22	4.09	4.09	Inconclusivo
Norte	3.95	4.06	4.06	4.07	4.03	4.03	Inconclusivo
Sudeste	4.15	4.11	4.06	4.02	3.98	3.98	Pró-Pobre
Sul	4.55	4.56	4.49	4.40	4.27	4.27	Pró-Pobre
Área Rural							Situação
Centro Oeste	4.35	4.43	4.53	4.48	4.22	4.22	Pró-Pobre
Nordeste	3.39	3.68	3.86	3.95	3.88	3.88	Inconclusivo
Norte	3.04	3.50	3.66	3.75	3.73	3.73	Inconclusivo
Sudeste	3.93	4.02	4.06	4.11	4.00	4.00	Inconclusivo
Sul	4.26	4.32	4.36	4.30	4.19	4.19	Pró-Pobre

Fonte: Construída pelos autores, a partir de dados dos Censos de 2000 e 2010.

De acordo com a Tabela 2, ao separar a área urbana da rural, obtém-se o mesmo resultado observado antes da desagregação da amostra, ou seja, uma evidência de crescimento pró-pobre para as regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste (com exceção da área rural da região Sudeste, onde o resultado é inconclusivo) e inconclusivo para as demais regiões.

Os resultados apresentados nessa subseção são semelhantes aos encontrados por Matias e Salvato (2012) e Taques e Rocha (2011) que, ao aplicarem a mesma metodologia utilizada nessa pesquisa, porém com a utilização de dados bianuais da PNAD entre 1995 e 2009, verificaram predominantemente um crescimento pró-pobre para as regiões Sul e Sudeste.

Entretanto, em relação à região Centro-Oeste há uma divergência entre os resultados de Matias e Salvato (2012) com os da presente pesquisa. Apesar desses autores não terem obtido evidências de crescimento pró-pobre para essa região, a Tabela 2 revela que o crescimento foi em favor dos pobres, não somente para a região como um todo, mas também para suas áreas urbana e rural⁷.

Em relação às regiões que tiveram seus resultados classificados como inconclusivos, é possível observar em algumas delas certo viés para um resultado pró-pobre ou não pró-pobre. Pode-se citar como exemplo a área rural do Sudeste, embora essa área tenha apresentado um resultado inconclusivo. A Tabela 2 mostra que a taxa de crescimento da renda média de quase todos os percentis da população dessa região é maior que a taxa de crescimento da renda média da totalidade da população, com exceção apenas dos 20% com renda mais baixa, em que se tem $3.93 < 4.00$. Nesse sentido, não seria incorreto afirmar que os resultados dessa região são inconclusivos, porém, com viés pró-pobre.

3.3 Evidências para os estados da federação

Com o intuito de identificar com mais detalhes os distintos efeitos do crescimento econômico na pobreza e na desigualdade de renda é necessária uma desagregação maior nas observações. Nesse diapasão, as Tabelas 3, 4 e 5 mostram as

⁷ Taques e Rocha (2011) também encontraram maior incidência de crescimento pró-pobre para os estados do Centro-Oeste como um todo.

estimativas para a curva de crescimento-pobreza para os estados brasileiros, além do Distrito Federal.

A Tabela 3 apresenta os resultados das estimativas sem a separação entre áreas urbanas e rurais. De acordo com seus dados, apenas dez (ou 37%) das vinte e sete unidades federativas apresentam crescimento pró-pobre. As exceções são os estados do Rio de Janeiro e do Distrito Federal, que tiveram resultados inconclusivos. Para todos os outros estados que integram o Centro Sul do país, tem-se crescimento pró-pobre, evidência já constatada na Tabela 2. Por outro lado, na região Norte, apenas Rondônia apresenta crescimento em favor dos pobres. Para os estados do Acre, Amapá, Amazônia e Roraima o crescimento é *trickle-down* (não pró-pobre) e nada se pode concluir para os estados do Pará e Tocantins. Note que nenhum estado da região Nordeste apresenta crescimento pró-pobre.

Tabela 3.

Estimativa da Curva de Crescimento-Pobreza para as Unidades da Federação, 2000-2010.

Estados	20%	40%	60%	80%	100%	G	Situação
Acre	3.72	3.93	4.05	4.10	4.14	4.14	Não Pró-Pobre
Alagoas	3.55	3.95	4.03	4.08	4.01	4.01	Inconclusivo
Amapá	3.71	3.85	3.90	3.91	3.96	3.96	Não Pró-Pobre
Amazônia	3.38	3.66	3.77	3.80	3.88	3.88	Não Pró-Pobre
Bahia	3.60	4.06	4.14	4.24	4.10	4.10	Inconclusivo
Ceará	3.58	4.03	4.12	4.14	4.01	4.01	Inconclusivo
Distrito Federal	4.33	4.29	4.25	4.23	4.30	4.30	Inconclusivo
Espirito Santo	4.32	4.36	4.36	4.32	4.28	4.28	Pró-Pobre
Goiás	4.44	4.45	4.46	4.38	4.20	4.20	Pró-Pobre
Maranhão	3.62	3.96	4.03	4.15	4.08	4.08	Inconclusivo
Mato Grosso	4.25	4.28	4.34	4.24	4.05	4.05	Pró-Pobre
Mato Grosso do Sul	4.30	4.33	4.39	4.31	4.17	4.17	Pró-Pobre
Minas Gerais	4.17	4.19	4.18	4.14	4.04	4.04	Pró-Pobre
Pará	3.60	3.81	3.89	3.91	3.87	3.87	Inconclusivo
Paraíba	4.15	4.09	4.17	4.21	4.12	4.12	Inconclusivo
Paraná	4.43	4.44	4.40	4.34	4.19	4.19	Pró-Pobre
Pernambuco	3.72	4.05	4.12	4.18	4.02	4.02	Inconclusivo
Piauí	3.71	4.01	4.09	4.19	4.08	4.08	Inconclusivo
Rio de Janeiro	4.22	4.21	4.18	4.13	4.18	4.18	Inconclusivo
Rio Grande do Norte	3.71	4.06	4.13	4.21	4.07	4.07	Inconclusivo
Rio Grande do Sul	4.38	4.46	4.40	4.36	4.25	4.25	Pró-Pobre
Rondônia	4.18	4.24	4.26	4.24	4.16	4.16	Pró-Pobre
Roraima	3.41	3.70	3.83	3.86	3.98	3.98	Não Pró-Pobre
Santa Catarina	4.50	4.54	4.45	4.41	4.29	4.29	Pró-Pobre
São Paulo	4.15	4.12	4.08	4.03	4.01	4.01	Pró-Pobre
Sergipe	3.77	4.16	4.18	4.20	4.09	4.09	Inconclusivo
Tocantins	3.87	4.18	4.25	4.27	4.21	4.21	Inconclusivo

Fonte: Construída pelos autores, a partir de dados dos Censos de 2000 e 2010.

Ao comparar a taxa de crescimento do PIB dos estados brasileiros, apresentados na Tabela 1 da Sessão 1, com os resultados da Tabela 3 constata-se que altas taxas de crescimento do PIB não resultam necessariamente em crescimento pró-pobre. Exemplo disso é o Amapá que, embora tenha sido o terceiro estado do país com maior crescimento do PIB para o período, está também entre os quatro estados nortistas onde o crescimento não favoreceu os pobres. Por outro lado, o estado do Rio Grande do Sul, apesar de ser ao lado do Rio de Janeiro (aquele com menor crescimento do PIB), apresentou um crescimento em favor dos pobres. Essa relevante constatação reforça a assertiva de que talvez mais importante que crescer é saber como crescer, ou seja, qual modelo de crescimento explorar.

Silveira Neto (2005) e Resende et al (2007), ao estimarem as curvas de crescimento-pobreza para os estados do Nordeste, observaram resultados semelhantes aos encontrados nesta pesquisa entre os anos de 1990 e 2000. Esses autores também não encontraram ocorrência de crescimento pró-pobre em nenhum estado nordestino brasileiro para aquele período. Assim sendo, pelas estimações da presente pesquisa nota-se uma tendência à reprodução de um modelo de crescimento econômico concentrador de renda para o nordeste brasileiro.

Quando se calcula a curva de crescimento-pobreza estritamente para a área urbana, os resultados apontam que o crescimento econômico é pró-pobre para todos os estados do Brasil e para o Distrito Federal. Veja na Tabela 4, por exemplo, o caso do Acre, em que a taxa de crescimento da renda média dos 20%, 40%, 60% e 80% mais pobres é de respectivamente 3,52%, 3,53%, 3,45% e 3,29% - superior à taxa de crescimento da renda média da população total, que é de 3,14%.

Tabela 4: Estimativa da Curva de Crescimento-Pobreza para as Unidades da Federação, 2000-2010 (Área Urbana).

Estados	20%	40%	60%	80%	100%	G	Situação
Acre	3.52	3.53	3.45	3.30	3.14	3.14	Pró-pobre
Alagoas	3.35	3.55	3.43	3.28	3.01	3.01	Pró-pobre
Amapá	3.51	3.45	3.30	3.11	2.96	2.96	Pró-pobre
Amazônia	3.18	3.26	3.17	3.00	2.88	2.88	Pró-pobre
Bahia	3.40	3.66	3.54	3.44	3.10	3.10	Pró-pobre
Ceará	3.38	3.63	3.52	3.34	3.01	3.01	Pró-pobre
Distrito Federal	4.13	3.89	3.65	3.43	3.30	3.30	Pró-pobre
Espirito Santo	4.12	3.96	3.76	3.52	3.28	3.28	Pró-pobre
Goiás	4.24	4.05	3.86	3.58	3.20	3.20	Pró-pobre
Maranhão	3.42	3.56	3.43	3.35	3.08	3.08	Pró-pobre
Mato Grosso	4.05	3.88	3.74	3.44	3.05	3.05	Pró-pobre
Mato Grosso do Sul	4.10	3.93	3.79	3.51	3.17	3.17	Pró-pobre
Minas Gerais	3.97	3.79	3.58	3.34	3.04	3.04	Pró-pobre
Pará	3.40	3.41	3.29	3.11	2.87	2.87	Pró-pobre
Paraíba	3.95	3.69	3.57	3.41	3.12	3.12	Pró-pobre
Paraná	4.23	4.04	3.80	3.54	3.19	3.19	Pró-pobre
Pernambuco	3.52	3.65	3.52	3.38	3.02	3.02	Pró-pobre
Piauí	3.51	3.61	3.49	3.39	3.08	3.08	Pró-pobre
Rio de Janeiro	4.02	3.81	3.58	3.33	3.18	3.18	Pró-pobre

Rio Grande do Norte	3.51	3.66	3.53	3.41	3.07	3.07	Pró-pobre
Rio Grande do Sul	4.18	4.06	3.80	3.56	3.25	3.25	Pró-pobre
Rondônia	3.98	3.84	3.66	3.44	3.16	3.16	Pró-pobre
Roraima	3.21	3.30	3.23	3.06	2.98	2.98	Pró-pobre
Santa Catarina	4.30	4.14	3.85	3.61	3.29	3.29	Pró-pobre
São Paulo	3.95	3.72	3.48	3.23	3.01	3.01	Pró-pobre
Sergipe	3.57	3.76	3.58	3.40	3.09	3.09	Pró-pobre
Tocantins	3.67	3.78	3.65	3.47	3.21	3.21	Pró-pobre

Fonte: Construída pelos autores, a partir de dados dos Censos de 2000 e 2010.

As estimativas da curva de crescimento-pobreza para as áreas rurais são mostradas na Tabela 5. Observe que há apenas sete (ou 26% do total) estados com crescimento pró-pobre no meio rural, correspondendo aos estados de Goiás, Mato Grosso, Paraná, Rio de Janeiro, Santa Catarina e Espírito Santo. Em contrapartida, Acre, Amazônia, Roraima e o Distrito Federal apresentam crescimento de natureza *trickle-down*, já que a renda média dos mais ricos cresce em uma proporção maior que a renda dos mais pobres. Como para os demais estados, alguns $g(p)$ apresentam valores superiores e outros $g(p)$ valores inferiores a g sendo que nada se pode concluir sobre a qualidade do crescimento econômico para as áreas rurais destes estados.

Tabela 5.

Estimativa da Curva de Crescimento-Pobreza para as Unidades da Federação, 2000-2010

(Área Rural).

Estados	20%	40%	60%	80%	100%	G	Situação
Acre	2.87	3.45	3.67	3.77	3.86	3.86	Não Pró-Pobre
Alagoas	3.30	3.64	3.85	3.94	3.92	3.92	Inconclusivo
Amapá	2.89	3.24	3.49	3.53	3.52	3.52	Inconclusivo
Amazônia	2.82	3.18	3.41	3.52	3.57	3.57	Não Pró-Pobre
Bahia	3.23	3.66	3.81	3.94	3.82	3.82	Inconclusivo
Ceará	3.48	3.65	3.80	3.91	3.84	3.84	Inconclusivo
Distrito Federal	4.17	4.17	4.19	4.22	4.34	4.34	Não Pró-Pobre
Espírito Santo	4.03	4.06	4.10	4.08	3.87	3.87	Pró-Pobre
Goiás	4.16	4.29	4.30	4.29	4.10	4.10	Pró-Pobre
Maranhão	3.39	3.51	3.83	3.98	3.97	3.97	Inconclusivo
Mato Grosso	3.83	4.01	4.01	4.04	3.78	3.78	Pró-Pobre
Mato Grosso do Sul	3.78	3.98	4.04	4.09	3.93	3.93	Inconclusivo
Minas Gerais	3.91	4.05	4.15	4.26	4.12	4.12	Inconclusivo
Pará	3.09	3.49	3.63	3.70	3.63	3.63	Inconclusivo
Paraíba	3.47	3.80	3.86	4.05	4.02	4.02	Inconclusivo

Paraná	4.11	4.17	4.19	4.18	4.07	4.07	Pró-Pobre
Pernambuco	3.28	3.66	3.79	3.91	3.78	3.78	Inconclusivo
Piauí	3.77	3.62	3.92	4.05	4.05	4.05	Inconclusivo
Rio de Janeiro	4.05	4.03	3.99	3.94	3.82	3.82	Pró-Pobre
Rio Grande do Norte	3.10	3.73	3.86	3.96	3.91	3.91	Inconclusivo
Rio Grande do Sul	4.24	4.32	4.35	4.31	4.21	4.21	Pró-Pobre
Rondônia	3.70	3.96	3.98	4.05	3.96	3.96	Inconclusivo
Roraima	2.64	3.12	3.41	3.51	3.73	3.73	Não Pró-Pobre
Santa Catarina	4.24	4.34	4.34	4.30	4.16	4.16	Pró-Pobre
São Paulo	4.02	4.17	4.18	4.17	4.13	4.13	Inconclusivo
Sergipe	3.69	3.92	3.99	4.06	4.06	4.06	Inconclusivo
Tocantins	3.09	3.76	3.92	4.00	3.95	3.95	Inconclusivo

Fonte: Construída pelos autores, a partir de dados dos Censos de 2000 e 2010.

Como se observa nas Tabelas 4 e 5, a desagregação dos dados da amostra revela não somente as diferenças na qualidade do crescimento econômico em reduzir a pobreza e a desigualdade de renda entre regiões e estados, mas também diferenças entre o meio rural e o meio urbano. A desagregação entre o rural e o urbano permite observar o quão baixo é o desempenho do crescimento econômico em reduzir a pobreza, com diminuição na desigualdade de renda nas áreas rurais. Certamente esta é uma importante constatação da pesquisa.

Historicamente, as medidas de desigualdade são menores no meio rural. Trabalhos como o de Cunha (2009), Helfand, Rocha e Vinhais (2009) reforçam esta assertiva ao estimar um índice de Gini inferior para o meio rural no Brasil, comparado ao meio urbano. Diante dessa evidência é possível rejeitar a hipótese de Bourguignon (2002)⁸ para as áreas rurais brasileiras, uma vez que, como se pode observar, a baixa eficiência do crescimento econômico na redução da pobreza ocorre principalmente no meio rural, relativamente menos desigual⁹.

Uma análise em termos de significância das estimações da curva de crescimento-pobreza nesta pesquisa revela que 51% dos resultados produzidos em nível estadual como um todo são significantes (ocorrência de crescimento pró-pobre ou não pró-pobre), pois, quando se separa a área urbana da rural, esta recebe 100% de significância em seus resultados e a área rural 40%.

Dentre as estimações que apresentam significância, é possível concluir que os estados com melhores resultados de crescimento pró-pobre, tendo como base a metodologia de Son (2004), são Goiás, Mato Grosso e Espírito Santo e os estados da região Sul: Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina. Nestes estados, a média da renda dos mais pobres da população cresceu em uma proporção maior que a média da renda

⁸ Em linhas gerais, a hipótese de Bourguignon (2002) prediz que quanto menos desigual for o país (ou região) maior será a efetividade do crescimento econômico em reduzir a pobreza.

⁹ Helfang, Rocha e Vinhais (2009) apontam que, apesar da área rural ser menos desigual, em comparação com a área urbana, a proporção de pobres no meio rural é acentuadamente superior à urbana, mesmo com a expressiva queda observada entre 1992 e 2005.

da totalidade da população, tanto para a área urbana, quanto para a área rural ou mesmo para a região como um todo, experimentando, deste modo, um crescimento econômico com redução da pobreza e queda na desigualdade.

Em outra direção estão os estados da federação em que o crescimento não tem corroborado para uma redistribuição de renda: Acre, Amapá, Amazônia e Roraima. Estes estados, embora apresentem crescimento pró-pobre para suas áreas urbanas, possui crescimento *trickle-down* para as áreas rurais e para a região como um todo. Desse modo é possível constatar que o modelo de crescimento econômico praticado na região Norte do país não é eficiente no combate à pobreza, concomitante a uma redução da desigualdade para a maioria dos estados que compõem a região.

Por outro lado, embora os resultados das estimativas da curva de crescimento-pobreza para os estados do Nordeste sejam classificados como inconclusivos na metodologia de Son (2004), a população mais pobre destes estados (sobretudo os 20 e 40 por cento mais pobres) aferem uma renda média abaixo da renda média geral da população, o que sugere um crescimento econômico acompanhado de concentração de renda. A Tabela 6 sintetiza, por regiões, os resultados das estimativas da curva de crescimento-pobreza.

Tabela 6. Resumo das Estimativas das Curvas de Crescimento-Pobreza por regiões (2000-2010).

Regiões	Pró-Pobre			Não Pró-Pobre			Inconclusivo		
	Geral	Urbano	Rural	Geral	Urbano	Rural	Geral	Urbano	Rural
Centro Oeste	3	4	2	0	0	1	1	0	1
Nordeste	0	9	0	0	0	0	9	0	9
Norte	1	7	0	4	0	3	2	0	4
Sudeste	3	4	2	0	0	0	1	0	2
Sul	3	3	3	0	0	0	0	0	0

Fonte: Construída pelos autores, a partir de dados dos Censos de 2000 e 2010.

Entretanto, apesar dos resultados apresentados nesta seção apontarem que o crescimento econômico no Brasil produz distintos efeitos na pobreza e na desigualdade de renda de suas regiões e estados e para as áreas urbanas e rurais, com base nos resultados conclusivos o crescimento econômico com redução da desigualdade de renda é predominante no Brasil como um todo. Não há evidências de crescimento empobrecedor para o período analisado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo analisou se o crescimento econômico no Brasil, desagregado em nível regional e estadual, tem sido pró-pobre em suas áreas urbanas e rurais. Averiguou se a renda dos pobres apresenta uma elevação superior ao verificado pela renda dos não pobres, o que induziria uma redução na desigualdade. Assim, com base nos dados do Censo dos anos de 2000 e 2010, foram construídas as curvas de crescimento-pobreza, propostas por Son (2004).

Dentre os resultados obtidos, constatou-se que, embora o crescimento econômico seja de natureza pró-pobre para o Brasil como um todo, apenas as regiões Sul, Sudeste e Centro Oeste experimentaram um padrão de crescimento redutor de pobreza e de desigualdade de renda para o período analisado.

A estimação em nível estadual mostrou que, das vinte e sete unidades federativas, somente dez apresentaram crescimento pró-pobre (Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina e São Paulo). Para quatro (Acre, Amapá, Amazônia e Roraima), o crescimento foi não pró-pobre. Para os outros estados, os resultados foram inconclusivos.

Ao desagregar a amostra em áreas urbanas e rurais, a pesquisa revelou que o crescimento foi pró-pobre nas áreas urbanas de todos os estados e para o Distrito federal e não pró-pobre na área rural do Acre, Amazônia, Distrito Federal, Roraima. Foi inconclusivo para as áreas rurais dos demais estados. A desagregação entre o rural e o urbano permitiu observar o quão baixo é o desempenho do crescimento econômico em reduzir a pobreza, com diminuição na desigualdade de renda nas áreas rurais, sendo esta uma importante constatação da pesquisa.

A ausência de crescimento pró-pobre nos nove estados do nordeste brasileiro leva à suposição de que o crescimento econômico desta região segue a tendência de um modelo de crescimento concentrador de renda. Ou seja, ainda que tal crescimento promova certa redução na pobreza, a renda dos mais ricos cresce em uma proporção maior que a renda dos mais pobres.

Apesar dos resultados apresentados nesta pesquisa apontarem que o crescimento econômico no Brasil gera padrões diferenciados de pobreza e de desigualdade de renda entre estados e regiões, bem como entre as áreas urbanas e rurais, pode-se concluir que o crescimento econômico com redução da desigualdade de renda foi predominante no Brasil como um todo, não havendo incidência de crescimento empobrecedor no período analisado.

Entretanto, os distintos efeitos produzidos pelo crescimento econômico brasileiro na pobreza e na desigualdade de renda entre os estados e regiões, bem como entre áreas urbanas e rurais induz a dois importantes questionamentos: Que modelo de crescimento regional resulta em benefícios para os pobres? Qual a natureza de um crescimento pró-pobre para as áreas rurais? Uma das respostas a esses questionamentos poderia estar na aplicação de um modelo de crescimento endógeno, baseado no sistema de Arranjos Produtivos Locais, algo que poderia promover um crescimento em favor dos pobres, não somente em regiões empobrecidas, como também em áreas rurais.

Além disso, criar estratégias de políticas públicas capazes de estimular um crescimento econômico eficiente no combate à pobreza em locais de crescimento de natureza *trickle-down* e principalmente no meio rural pode vir a ser um importante meio substitutivo de medidas paliativas de combate à pobreza como, por exemplo, o programa bolsa família.

REFERÊNCIAS

ATKINSON, A. B. On the Measurement of Poverty. **Econometrica** 55(4): p. 49-64, 1987.

BANCO MUNDIAL. **Relatório sobre o desenvolvimento mundial**. Washington, D. C.: Banco Mundial, 2013. Disponível em: <<http://www.bancomundial.org.br.br/>>. Acesso em: 20 out. 2013.

BARRETO, F. A. F. D. Crescimento Econômico, Pobreza e Desigualdade: O que Sabemos Sobre eles? **Série Ensaios Sobre Pobreza**, n. 1, LEP/CAEN, Fortaleza, 2005.

BARROS, P. R.; CARVALHO, M. de.; FRANCO, S. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, out. 2006. (Texto para Discussão, nº 1.227).

BOURGUIGNON, F. **The Growth Elasticity of Poverty Reduction: Explaining Heterogeneity across Countries and Time Periods**. In: Eicher, T. e S. Urnovsky, Inequality and Growth: Theory and Policy Implications. Cambridge: The MIT Press, 2002.

CAMPOS, I. Padrões recentes de evolução da economia na Amazônia. **Papers NAEA**, nº 249, nov. 2009.

CUNHA, S. M. Desigualdade e Pobreza nos Domicílios Rurais e Urbanos no Brasil, 1981-2005. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 40, n. 1, 2009.

DINIZ, B. M.; DINIZ, M. M. Um indicador comparativo de pobreza multidimensional a partir dos objetivos do desenvolvimento do milênio. **Economia Aplicada**. v. 13, n. 3, 2009.

GONÇALVES, M. B. C.; SILVEIRA NETO, R. M. Crescimento pró-pobre nos municípios nordestinos: Evidências para o período de 1991-2000. **Revista Econômica do Nordeste**, v. 41, n. 3, 2010.

HARRISON A. **Globalization and Poverty**. University of Chicago, Press for NBER, Chicago, 2006.

HELFAND, S., R. ROCHA, H. VINHAIS. Pobreza e desigualdade de renda no Brasil rural: uma análise da queda recente. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 39(1): 59–80, 2009.

HOFFMANN, R.; KAGEYAMA, A. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, v. 15, n. 1, v. 26, p. 79-112, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Nota técnica. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Nota técnica. Disponível em:<<http://www.sidra.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 06 nov. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Microdados. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Censo Demográfico 2000**. Microdados. Disponível em:<<http://www.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **PIB Estadual – variação a preços constantes**. Nota técnica. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA - IPEA. **Pobreza – taxa de pobreza**. Nota técnica. Disponível em:<<http://www.ipeadata.gov.br/>>. Acesso em: 13 nov. 2013.

LOPES, H. M.; MACEDO, P. B. R.; MACHADO A. F. **Indicador de pobreza: aplicação de uma abordagem multidimensional ao caso brasileiro**. Belo Horizonte: CEDEPLAR, out. 2003. (Texto para Discussão, n. 223).

KAKWANI, N.; KHANDKER, S.; SON, H. H. **Pro-poor growth: concepts and measurement with country case studies**. International poverty center, Working Paper n. 1, 2004.

KAKWANI, N.; PERNIA, E. M. What is pro-poor growth? **Asian Development Review**, v. 18, n. 1, 2000.

KRAAY, A. When is growth pro-poor? cross-country evidence. **International Monetary Fund (IMF)**, Working Paper n° 04/47, 2004.

MANSO, C. A.; PEREIRA, D. J. S. de. BARRETO, F. A. F. D. Crescimento pró-pobre: diferenças de intensidade entre o meio rural e urbano 2002-2005. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 39, n. 04, out/dez, 2008.

MATIAS, J. & SALVATO, M. Curva de crescimento pró-pobre no Brasil. Anais do XL **Encontro Nacional de Economia**. Porto de Galinhas, 2012.

NISSANKE, M.; THORBECKE E. **The Impact of Globalization on the World's Poor Transmission Mechanisms**. Studies in Development Economics and Policy. Palgrave Macmillan, 2006.

OLIVEIRA, L. S. **Três ensaios sobre pobreza multidimensional**. 124f. Tese (Doutorado em Economia) – Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

PINTO, M. S.; DE OLIVEIRA, J. C. Crescimento pró-pobre: Análise dos estados brasileiros entre 1995 e 2007. **Revista de Economia Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, maio/ago, 2010.

RAVALLION, M.; CHEN, S. **Measuring pro-poor growth**. World Bank Policy Research, Working Paper n. 2666, 2003, Washington.

RESENDE, G. M.; DA MATA, D.; CARVALHO, A. X. Y. Crescimento pró-pobre e distribuição de renda das capitais dos estados brasileiros. In: CARVALHO, A. X. Y.; OLIVEIRA, C. W. A.; MOTA, J. A.; PIANCASTELLI, M. (orgs). **Ensaio de economia regional e urbana**, IPEA, 2007.

RIBEIRO, L. L.; MARINHO, E. L. L. Analysis of Poverty in Brazilian Families using Allocation of the Time Factor. **The Empirical Economics Letters**, v. 11, p. 00, 2012.

SALVATO, M. A. Crescimento pró-pobre no Brasil: Uma avaliação empírica da década de 1990. **Ensaio sobre pobreza**, EP21, UFC, 2009.

SANTOS - PAULINO, A. U. **Trade, Income Distribution and Poverty in Developing Countries**. Geneva: UNCTAD Discussion Papers, 2012.

SEN, A. **Desigualdade reexaminada**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SEN, A. Poverty: an ordinal approach to measurement. **Econometrica**, v. 44, 1976.

SILVEIRA NETO, R. Quão pró-pobre tem sido o crescimento econômico no nordeste? Evidência para o período 1991-2000. In: **Anais do X Encontro Regional de Economia**, Fortaleza, 2005.

SON, H. H. A note on pro-poor growth. **Economics Letters** 82, 2004. p. 307-304.

TAQUES, F. H.; ROCHA, R. S. Oferta pública no combate à pobreza no Brasil: Uma análise a partir da curva crescimento-pobreza. In: **Anais do XXXIX Encontro Nacional de Economia**, Foz do Iguaçu, 2011.

TOCHETTO, D. G.; RIBEIRO, E. P.; COMIM, F. V.; PORTO JUNIOR, S. S. Crescimento pró-pobre no Brasil – uma análise exploratória. In: **Anais do XXXII Encontro Nacional de Economia**, 2004, João Pessoa.

VARIAN, H. **Microeconomia: Princípios Básicos**. Tradução da 7ª ed. Americana. Rio de Janeiro: Editora Campus, 2006.

Esse trabalho contou com o apoio financeiro concedido pela Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP em parceria com o Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento - CNPq.